

PROCESSO - A.I. Nº 08278598/
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - FERLUC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 29.08.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0322-11/02

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. Representação proposta com base nos fundamentos dos artigos 136, § 2º e 119, inciso II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99 e de acordo com o art. 18, inciso IV, alínea “b”, do RPAF/99. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Procuradoria da Fazenda Estadual, com fundamento no artigos 136, § 2º e 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, propõe através desta Representação que seja declarada a NULIDADE por “ilegitimidade passiva” do Auto de Infração em epígrafe, em virtude da lavratura do feito ter se efetivado contra o remetente das mercadorias, contribuinte inscrito em outra Unidade da Federação, além das mercadorias não estarem enquadradas no regime de substituição tributária cuja responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto poderia ser atribuída ao remetente. Ademais, o art. 39, inciso I, alínea “d” do RICMS/97 estabelece que, a responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais caberá aos transportadores em relação às mercadorias acompanhadas de documentação fiscal inidônea.

VOTO

Após exame e análise dos elementos constantes nos autos, concluir pelo acerto dos fundamentos da Representação encaminhada pela Doute PROFAZ. Voto pelo ACOLHIMENTO da Representação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de agosto de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFAZ